



Anais da Assembleia

Nº 96

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE AGOSTO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 13.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1990

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Luciano Pizzatto.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Mário Pereira, Neivo Beraldin e Paulino José Delazeri.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2.066

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate ao final assinado, no desempenho de seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a

Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei nº 371/90, que institui a Região Metropolitana de Cascavel, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 22.08.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO Nº 2.067

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate ao final assinado, no desempenho de seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei nº 424/90, que cria o Município de Rami-lândia, desmembrado do Município de Mate-lândia.

Sala das Sessões, em 22.08.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO Nº 2.068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação para os projetos aprovados em 3.^a discussão que não sofreram emendas.

Sala das Sessões, em 22.08.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimentos em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constantes do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nºs 371 e 424/90. Aprovados.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, acima aprovados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 371/90, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que institui a Região Metropolitana de Cascavel, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 371/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria

do nobre Deputado David Cheriegate, tem por finalidade instituir a Região Metropolitana de Cascavel, e dá outras providências.

Sob o aspecto legal e constitucional não há óbice que impeça a norma tramitação do plano de lei em tela pelos demais órgãos deste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.08.90

(a) WERNER WANDERER

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 424/90, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que cria o Município de Ramilândia, desmembrado do Município de MATELÂNDIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 424/90

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado David Cheriegate, visa criar o Município de RAMILÂNDIA, desmembrado do Município de Matelândia.

Sob o aspecto legal e constitucional, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, chamada a opinar, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.08.90

(a) WERNER WANDERER

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 386/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 126/90), que dispõe sobre a Bandeira, o Hino, o Brasão de Armas e o Sinete adotados como Símbolos do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 254/86, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que dá nova redação ao inciso III, do Artigo 15, da Lei n° 4.338, de 25/01/61, conforme específica. (Altera divisas do Município de Balsa Nova). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Apro-

vado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 134/89, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor HOMERO TABAJARA CARDOSO LOUREIRO. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 268/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES do Conjunto Atenas II, com sede e Foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 278/89, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor CARLOS HUGO VON GRAFFEN. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 190/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE "MARIA DE NAZARÉ", com sede e Foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 348/90, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE "AMIGOS DO SEMINÁRIO", com sede e foro na Cidade de Medianeira. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 381/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera a Lei n° 8933/89. (Transporte Ferroviário). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Retirado pelo Autor.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 383/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 133/90), que autoriza o Poder Executivo a aceitar da União Federal, em doação com encargos, a totalidade das ações integrantes do Capital Social da Central de Abastecimento do Paraná. CEASA/PR., conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 388/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que concede à Senhora MARLENE BEETZ ZIELONKA, viúva do ex-Prefeito de Piraquara, Antonio Alceu Zielonka, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 7.715,52 (Sete mil, setecentos e quinze cruzeiros e cinquenta e dois centavos). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 393/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 143/90), que dá nova redação aos Artigos 2° e 4°, da Lei n° 9105 de 23 de outubro de 1989 (Remuneração do Servidor Público). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 394/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que doa à Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba o excesso de área de Terra que constituem o seu perímetro urbano e perfazem um total de 420.447,50 m². Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 397/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO AN-NIBELLI, que dá nova redação ao Artigo 1° Lei n° 8808 de 30 de junho de 1988. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 407/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município CAPIVARI CACHOEIRA, com território desmembrado do Município de Campina Grande do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 414/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 147/90), que institui o Sistema Estadual de Museus do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 012/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que autoriza a realização do plebiscito na localidade de ÁGUA QUENTE DOS DOMINGUES, situada no Município de Rio Azul, para que a respectiva população decida sobre a incorporação desta área ao Município de Rebouças, com as confrontações que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 048/90, de autoria dos Deputados CAÍTO QUINTANA E MÁRIO PEREIRA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Capitão Leônidas Marques, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de SANTA LÚCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 051/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a

população decida sobre a criação do Município de LIDIANÓPOLIS. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 080/90, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL, que ratifica o Convênio de Cooperação celebrado em 30 de junho de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil da Governadoria e o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 085/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no Município de Palmas, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de CORONEL DOMINGOS SOARES. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 086/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização do plebiscito na área que especifica no Município de Cerro Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de VILA BRANCA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 087/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito tendo em vista a Lei n° 9236, de 30/04/90, que cria o Município de TUNAS, desmembrado de Bocaiúva do Sul, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 089/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de CAPIVARI CACHOEIRA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 219/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 85/90), que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 219/90

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental 85/90, dispõe sobre

as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências.

O plano de lei em tela está devidamente justificado, visto o mesmo atender ao disposto no art. 22, inciso II do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e de conformidade com o art. 87, inciso XIV desta Carta Estadual. Este plano de Lei contém o detalhamento previsto no § 3º do art. 133 da Constituição Estadual.

Constitucionalmente, não existe óbice que possa impedir a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

RUBENS BUENO

Relator

Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais presentes à nossa primeira sessão desta quarta-feira.

Este item da Ordem do Dia que trata das diretrizes orçamentárias tem importância fundamental. Este Parlamento, nos últimos tempos, tem sido um tanto quanto omisso. A preocupação fundamental de qualquer Parlamento, que é tratar da questão da distribuição da arrecadação do Estado, dos recursos públicos, as suas prioridades, as formas de distribuição, os critérios adotados, enfim, aquilo que interessa para a população. Temos visto também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma preocupação em colocar na lei, na Constituição, eleger prioridade, mas o freio, o entrave ocorre exatamente na hora de viabilizar os recursos. Aí não tem recursos. A desculpa é sempre a mesma, se diz que o trabalhador tem prioridade, que o micro e pequeno empresário têm que ter tratamento diferenciado, se diz que o pequeno produtor tem que ter uma política agrícola prioritária, mas na hora de cumprir, de pôr o preto no branco, aí se diz que não tem recursos.

Este Plenário, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é testemunha, que desde que eu aqui tomei assento neste Parlamento, desde o início deste mandato, eu fui um ardoso defensor da moralidade na aplicação dos recursos públicos; denunciei sempre os desvios na aplicação do dinheiro público, e todos os abusos que ocorreram com propaganda e publicidade deste Governo, sempre nós nos preocupamos. E toda a vez que procuramos tomar as providências com relação aos abusos com gastos com propaganda e com publicidade, sempre fui contestado pela maioria aqui, neste Parlamento, que, em muitos momentos, a bancada go-

vernista, ajoelhada diante do executivo tem dito amém a esses abusos.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, aqui está essa Mensagem palaciana, está aqui, ela contempla a confissão do crime. Quando o Secretário de Planejamento, propõe como diretriz orçamentária, 5% para gastos com publicidade e propaganda, e ele se baseia na média gasta nos últimos três anos, aqui está o réu confesso. O réu que confessa diante da opinião pública e deste Parlamento, de que as vezes que nós denunciávamos, apesar das maquiavélicas máscaras colocadas para tapear, não foi suficiente, porque agora na nova Lei de diretrizes orçamentárias, o Secretário de Planejamento do Estado do Paraná, assina uma mensagem onde ele está propondo 5% do Orçamento do Estado com propaganda e publicidade. Esse é um crime contra as finanças públicas, contra os direitos dos cidadãos que estão sendo violados em nome da moralidade, da transparência que sempre lhe procurou ser negado.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que apresentei emendas, 25% das emendas apresentadas foram de minha autoria, entre elas emenda modificativa que eu espero que seja acatada por este Parlamento, onde eu estou propondo que o Poder Executivo não possa gastar mais do que 0,05% em propaganda e publicidade. Os cofres públicos não admitem mais e não se justifica mais nos dias de hoje, em que se gaste mais com publicidade do que consome o Poder Legislativo, como um todo, consome mais do que consome o Poder Judiciário, na última suplementação orçamentária, é lastimável que tenha sido aprovado por este Parlamento, onde se aprovou quinhentos e cinquenta milhões, para estrutura de saúde, para pagar médicos, hospital, ambulância, enfermeira, para a manutenção de todo o serviço de saúde do Estado, enquanto por outro lado, foi aprovado setecentos e noventa milhões do mesmo bolo para propaganda e publicidade para gastar de agosto a dezembro.

Esse é um crime contra as finanças públicas e contra os direitos dos cidadãos. Por isso, esse tipo de atitude nós não podemos mais admitir que continue.

Concedo o aparte ao ilustre líder dos Tucanos nesta Casa, PSDB, Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Ilustre Deputado Pedro Tonelli, Vossa Excelência aborda um assunto de relevante importância ao discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eu apenas queria complementar essa sua denúncia da média de 5% de gasto com publicidade. Já neste ano na última sessão de junho em que foi aprovada a reestimati-

va orçamentária, consta lá um gasto com propaganda de agosto a dezembro, em 5 meses, 750 milhões de cruzeiros.

Isso já foi objeto de denúncia publicado na "Folha de São Paulo" e, recebi, pela denúncia que fiz, um comentário do Governador Álvaro Dias dizendo que as minhas observações eram mentirosas e desonestas.

É evidente que esses adjetivos do Governador me fazem trazer alguns dados a respeito disso:

- Com propaganda 750 milhões em 5 meses, enquanto que, para conservação de solo, (e a nossa região do sudoeste e oeste do Paraná sabe da importância disso), no mesmo período de 5 meses, 120 milhões - 24 milhões por mês. 150 milhões por mês de propaganda.

- Para conservação de escolas, reconstrução, desentupimento de latrinas, repor vidraça, comprar giz, papel - 124 milhões nos 5 meses - em torno de 20 e poucos milhões por mês.

- Propaganda 150 milhões por mês.

- A dotação total para a Secretaria de Segurança Pública neste mesmo período é de 500 milhões. 250 milhões a menos com segurança pública. 250 milhões a mais para publicidade.

- Destes, 60 e poucos milhões para manutenção dos veículos e combustíveis da Polícia Militar. E outros 80 milhões para a Polícia Civil e divisão da Polícia do interior para combustíveis e conservação de veículos.

- Para remédios, manipulação de sangue e seringas descartáveis 403 milhões, enquanto que para propaganda, 750 milhões.

Alguns comparativos deste gasto de 750 milhões daria para comprar 150 mil sacas de semente de milho e fazer um programa de troca-troca com os pequenos e médios produtores do Paraná que dariam em retorno 30 milhões de sacas de milho só numa safra de 6 meses, que daria para fazer nobre Deputado Pedro Tonelli e, o povo precisa saber disso, 2.500 postes telefônicos nas comunidades do interior. Praticamente cobrir toda a telefonia rural do Estado do Paraná. Daria também, nobre Deputado Pedro Tonelli, Senhores Deputados, 312 km de calçamento ligando distritos a cidades. Daria também, nobre Deputado Pedro Tonelli, para construir a metade do asfalto prometido lá para a minha cidade de Dois Vizinhos, que é cobrada pelos partidos que lá existem, pelo PT, pelo PSDB, pelo próprio PMDB, pelo PDT, pelo PL, pelo povo de Dois Vizinhos, daria para construir metade daquele calçamento que é torno de 20 km. Daria para fazer quantos saneamentos básicos, quantos poços artesianos, quantos abastecimentos distritais como da Vila Kenedy (está aqui o Prefeito de Verê) que até ho-

je não foi construído estando quase concluído o mandato do Governador Álvaro Dias.

Daria para resolver o problema do aumento salarial dos funcionários públicos e dos professores.

Vossa Excelência hoje aborda um assunto importante, meus parabéns. É preciso denunciar isto e é preciso que esta Assembleia aprove em nda proibindo este abuso de promoção pessoal desse atual Governo. E dando uma lição para os futuros Governos de que o dinheiro público é dinheiro do povo e deve ser bem aplicado.

Meus parabéns a Vossa Excelência pela abordagem do assunto.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e faço minhas as suas palavras porque Vossa Excelência abordou muito bem, quantas coisas poderiam ser feitas e que são bem mais importantes, tão mais necessárias, que beneficiariam mais a população do Paraná e que será gasto simplesmente com dois objetivos: primeiro, vender uma imagem mentirosa do governante, que não é verdade; e segundo, encher o bolso de meia dúzia de empresários que vendem publicidade para ficar rico às custas dos cofres Públicos. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta emenda apresentada é de fundamental importância, além de outras Senhor Presidente, outras emendas que também julgamos de fundamental importância. Por isso solicitamos a devida atenção e o acolhimento por este Parlamento; porque não adianta discursar, defender propostas bonitas, colocar em Projeto de Lei, colocar na Constituição, se na hora de colocar o dinheiro à disponibilidade, não tem dinheiro, não tem recurso, daí inviabiliza pelos recursos.

Temos uma emenda por exemplo que beneficia os pequenos e médios produtores, aonde o Estado, está na nossa Constituição nova, que o Estado do Paraná deveria destinar recursos orçamentários para dar tratamento diferenciado, tratamento prioritário para os pequenos e médios produtores que hoje estão falindo, que hoje estão abandonando a terra, não têm nenhum estímulo, porque a política adotada pela atual Secretaria da Agricultura e as suas vinculadas, hoje, é para o quê? É para nada mais nada menos que ajudar a desenvolver meia dúzia de grandes produtores agroindustriais ou de grandes agroindústrias e que não repassam os benefícios para o pequeno e médio produtor.

Hoje, um fazendeiro têm agrônomo a hora que quer, tem crédito a hora que quer, tem semente, tem adubo, tem máquina, com apoio do Governo a hora que quer; agora, pergunte ao pequeno produtor aonde ele vai

buscar o seu apoio. Não tem; tem um desestímulo completo.

Então, estou propondo que nos futuros orçamentos a gente destine prioritariamente. Eu ainda defendo essa idéia que se nesta Legislatura nós não conseguirmos, eu espero que na próxima consigamos, aonde o Banco do Estado do Paraná tem que abrir linha de crédito só para pequeno e médio produtor, porque o grande produtor vai buscar no Bamerindus, no Bradesco, no Itaú, está cheio de Banco particular aí que está louco para financiar grande produtor. O Estado tem que financiar o pequeno produtor; o grande produtor que vá buscar assistência técnica lá na empresa privada, está cheio de empresário louco para prestar assistência para o grande produtor; o pequeno tem que ser assistido pelo Estado.

Então, é por isso que estou propondo aqui uma emenda, aonde na destinação de recursos orçamentários para a área agrícola a prioridade deverá ser os programas e os projetos que beneficiem os pequenos e médios produtores rurais, conforme prevê a Constituição do Estado do Paraná, que nós lutamos para incluí-la.

Estou propondo também Senhor Presidente, Senhores Deputados, que os percentuais autorizatórios para suplementações orçamentárias não podem ultrapassar de 15%, porque aqui nós temos visto abusos e mais abusos. Quando se faz o orçamento, se subestima a arrecadação, se joga lá em baixo, porque depois na suplementação aí tem um limite grande, aí se redestina segundo a conveniência do momento. Nós temos que limitar isto Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque senão o Poder Executivo fica usando e abusando das finanças públicas, ele subestima a previsão orçamentária e depois reserva para si um grande limite de suplementação e daí ele redestina como a sua vontade convier naquele momento.

E por último, Senhor Presidente, eu estou propondo uma emenda que vete a anulação de dotações orçamentárias para depois centralizá-las, é aí que nós temos visto muita maracutaia, muita manobra, onde se transfere e se anula as dotações para redirecionar para outra área que é da onde tem surgido muitos gastos com publicidade que foram oriundos de anulação de outras dotações orçamentárias. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com muita honra e com muita alegria eu espero que este Parlamento tome uma postura em que os futuros orçamentos do nosso Estado não repitam mais as barbaridades que foram cometidas até agora, tanto por iniciativa do Poder Executivo quanto pela submissão que foi colocado o Poder Legislativo nos últimos tempos.

Esperamos que as nossas prerrogativas

façam com que as finanças públicas do nosso Estado atendam as vontades da maioria dos cidadãos do nosso Estado.

Eu concedo aparte, com muita alegria ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Deputado

Pedro Tonelli, eu estava ouvindo atentamente o seu pronunciamento nesta manhã e ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Nereu Massignan. Fico indignado com o que vi ontem na Capital do Paraná. Eu não sei se é motivado pelo meu programa de televisão eu que vivo à imprensa, o Deputado Algaci Túlio aqui ao meu lado também vive à imprensa, nós que convivemos com a miséria do dia-a-dia, com a violência da fome, eu ontem fui visitar uma favela na saída de São Paulo, me pediram que eu fosse até lá, que constuíram um barraco menor do que a tribuna onde o Senhor está e dentro desse barraco eu encontrei uma Senhora grávida, bem barriguda, numa cama só, duas crianças dormindo na cama e embaixo da cama água, água, não tem tijolos, não tem nada, e um encerado em cima. Eu cheguei lá vi comida no chão, as crianças chorando, ontem eu vi a miséria, o sofrimento do povo paranaense, gente que vem do interior, vem para a capital em busca de esperança, e chega aqui procura um lugarzinho para morar, não tem condições de pagar um aluguel, não tem condições de ter sua casa própria, e vai procurar um terreninho. Então, V.Exa. acaba de dizer que há necessidade de nos próximos orçamentos do Governo do Estado de se distribuir recursos não só à zona rural, não só à educação, não só à saúde, a nossa preocupação também é a segurança da família paranaense, é a educação, é a saúde. Mas, gostaria que os candidatos Pizzolato, que já esteve no meu programa de televisão, o Deputado José Carlos Martinez, o Senador José Richa, o ex-Prefeito Roberto Requião, que são candidatos, que fossem conhecer uma favela antes de ser governador do Paraná, que fossem ver de perto o problema, a miséria, e quando eleitos, que assumissem o Governo do Estado, se preocupassem menos em propaganda pessoal e se preocupassem mais com o povo do Paraná, porque a miséria, Deputado Pedro Tonelli, campeia o Paraná, não é só na capital que nós temos favela, nós temos favelas em em todos os recantos da Nação brasileira, mas a aula principal desta manhã está na saída para São Paulo, lá está a miséria, um chiqueiro de porco é mais bem tratado do que a favela na saída e São Paulo, é lamentável. Eu só peço a Deus que o futuro Governador do Paraná, seja ele Pizzolato, Martinez, Richa ou Requião, que pelo amor de Deus, antes da posse dê uma chegadinha nas favelas e vá olhar de perto

o que é que é uma favela, o que é a miséria, o que é o sofrimento, o que é a fome, e depois, no próximo orçamento Deputado Pedro Tonelli que se destine, tanto para a agricultura, para a saúde, para a educação, para a Segurança, mas, o principal, Deputado Pedro Tonelli, o ser humano; o ser humano tem que entrar no orçamento do Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço o aparte do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, de fato o Deputado tem toda a razão; a situação da maioria dos paranaenses é lamentável. O Deputado hoje cita a situação do povo da favela, da vida do povo da favela. Eu conheço a favela, conheço a situação do povo sem terra que está acampado em barracos de lona, numa situação não diferente do povo da favela. Conhecemos a situação dos paranaenses como um todo; neste mandato nós tivemos a oportunidade de ter uma faculdade de vida, de ter contato com o cortador de cana, com o sem-terra, com o favelado, com os universitários, com os servidores públicos, com a classe média, com os industriais, com os patrões, com os exploradores, mas, tivemos contato com tudo, e nós estamos aqui.

Lamentavelmente, continuando, vendo, que a maioria do povo, aquele que mais precisa, continua abandonado.

E digo, Deputado Alborghetti, concordo com V.Exa. bem mais importante deve ser a pessoa humana. E digo mais, por isso que eu defendo de que nós temos que dar um tratamento digno para o povo da terra, para o trabalhador rural, para o pequeno produtor; porque se nós tivermos uma política agrícola e uma política agrária que atenda as aspirações, é claro que vai diminuir a violência na cidade, vão diminuir as favelas, porque este povo que está na marginalidade, na periferia das grandes cidades, Deputado Alborghetti, Senhores Deputados.

Você vai ver, a maioria foi expulsa da terra, abandonou a sua terrinha, a sua lavoura, e veio para a cidade pensando que aqui teria um futuro melhor.

Chegou aqui, não encontrou um emprego digno, está lá no barraco, abandonado, tem que assaltar, tem que roubar, tem que esmolar, e nós achamos, nós do PT achamos que este mal tem que ser corrigido pela raiz. Não é só dando um remedinho de última hora, não é só dando um presentinho agora, que nós vamos resolver o problema deles. Nós temos que dar a oportunidade de reincorporá-los ao processo produtivo, de ter um salário digno, de ter um lugar decente para morar.

Essa sim, tem que ser a preocupação fundamental dos governantes, daqueles que

detêm o poder público, e daqueles que detêm o poder de reorientar as nossas finanças públicas.

Por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esperamos sim, a compreensão e uma postura de interesse da maioria dos paranaenses, e principalmente daqueles paranaenses que estão abandonados, que estão marginalizados, e, agora é hora.

No momento em que nós votamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aqui sim, nós vamos ver se no futuro nós temos uma esperança de que as pessoas abandonadas, os pequenos produtores, os servidores públicos, aqueles que foram massacrados pelos governos anteriores, vamos ver agora, se de agora em diante, nós alimentamos uma esperança, de que eles tenham uma oportunidade melhor, de terem os seus direitos respeitados, em nome da transparência, da moralidade e da destinação digna dos recursos do povo do Paraná.

Era isto Senhor Presidente, era isto Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Estamos votando nesta manhã uma matéria que eu reputo de grande importância para o Estado do Paraná e pela sua importância é que nós gostaríamos que este Parlamento discutisse, aprofundasse a discussão em cima desta Mensagem, Mensagem esta que dará neste Estado a oportunidade para que a população tenha uma porta, pelo Parlamento, de participar, de, efetivamente contribuir melhor a peça orçamentária, os programas do Governo para o ano de 1991.

Por uma questão de campanha eleitoral sei que o assunto não está tomando o primeiro lugar na discussão e no ideal de cada Parlamentar nestes dias, mas é importante nos darmos um tempo para que esta Mensagem seja, efetivamente, bem discutida, bem analisada porque ela está propondo as diretrizes, a forma, está propondo a dimensão, está propondo quantidade. Não estamos falando em cifras, não estamos falando em recursos, estamos sim, Senhor Presidente, falando de como vai se comportar, como será feita, como será construída a peça orçamentária.

A LDO fruto dos Parlamentares Federais, fruto de um trabalho legislativo que reputo da maior importância e nós, na condição de participante desta Casa, aprovei-

tamos esta Mensagem para integrar e inserir nela as seguintes emendas, que foram aceitas pelo nosso Relator, o nobre Deputado Rubens Bueno. Gostaríamos que esta peça orçamentária tivesse centenas de emendas, gostaríamos que ela, efetivamente, fosse bem melhorada, fosse enriquecida pela participação de cada um de seus segmentos, porque é bom que se diga e que se relembre do passado quando as Casas Legislativas não tinham nem a oportunidade sequer de alterar a Mensagem orçamentária que vinha do Executivo. Em nossa experiência de Vereador sentimos na carne quando os Prefeitos da ditadura mandavam a peça orçamentária para a Câmara e lá não podíamos fazer nada, a não ser referendar aquele orçamento. E, agora, estamos com duas possibilidades: de alterar o orçamento nesta Mensagem que dia 30 de setembro deverá estar nesta Casa e estamos montando o projeto para que se forme uma peça orçamentária dentro dos parâmetros legais e possíveis para a sociedade do Paraná.

Nós apresentamos, Senhor Presidente, cinco emendas. Eu gostaria que os Parlamentares pensassem sobre algumas das emendas que nós apresentamos, discutissem e acatassem para sua votação nesta manhã.

Apresentamos uma emenda que estabelece que as agências financeiras oficiais deste Estado ou seja Banco do Estado, BRDE e BA-DEP observarão as seguintes políticas:

1º) redução desigualdades intra e inter regionais;

2º) prioridade para projetos de agricultura irrigada e para agroindústria;

3º) é o ponto que o Deputado Pedro Tonelli levantou, que é o atendimento às micros e às pequenas e médias empresas, porque a bem da verdade aos micro-empresários deste Estado, nestes últimos anos não têm se dado a atenção devida e nem respeitado tampouco a Constituição Federal e nem tampouco a Estadual, no sentido de dar o incentivo a este segmento que abriga milhares e milhares de pessoas. Segmento este que dá uma contribuição, uma ocupação da mão-de-obra. Segmento que deve ser assistido pelas agências financeiras deste Estado.

O micro-empresário nestes últimos anos recebeu como até desalento, aquilo que se propunha na Constituição de tratamento diferenciado neste Estado não diferencia de nada, paga-se imposto, tem-se a grande carga tributária, tem-se a grande carga contábil, serviços para prestação ao fisco de formas que, a burocracia tem torpedeado a iniciativa de qualquer pessoa dentro do setor produtivo do micro e pequeno empresário.

E a mesma situação para os mini e pequenos produtores rurais, levantada pelo Líder do PT, Pedro Tonelli.

É necessário que neste Estado essas agências financeiras criem linhas de financiamento ao pequeno. Só se tem beneficiado aos grandes, para que o pequeno produtor possa se enquadrar nos programas de financiamento dos bancos oficiais. É uma luta muito difícil. É muito sofrido. É impossível chegar aos recursos financeiros de agências oficiais.

Então, esta emenda nossa prevê tratamento especial, atendimento especial às micro e às pequenas e médias empresas, bem como aos mini, pequenos e médios produtores rurais.

4º) Prioridade para empreendimentos destinados à geração de empregos, especialmente relativos à produção de bens de consumo de massa.

Esta é uma emenda.

A segunda emenda que nós apresentamos é que a nossa lei orçamentária os recursos necessários para atender as despesas que decorrerem da implantação do regime jurídico único e dos planos de carreira do servidor.

É preciso que se tenha condições, que não se justifique qual seja o Governador, mas que se atenha a respeito a essa lei orçamentária, dando efetivamente esses recursos para que possamos implantar o regime jurídico único e dos planos de carreira dos servidores que vêm sendo maltratados especialmente nestes últimos anos.

A terceira emenda, Senhores Parlamentares é a questão que fica vedada a destinação de recursos para acréscimo da frota de veículos de representação dos três Poderes.

Nós temos que acabar com esta bandalheira, com este abuso de mordomia dos carros oficiais. Nós devolvemos até o nosso carro oficial para esta Casa. É por isso que nós temos condições de apresentar uma emenda neste sentido, para que fiquem vedados recursos, no próximo orçamento, para a compra de equipamentos, de automóveis, de veículos para a representação dos três Poderes. Tanto o Executivo, como o Legislativo, e o Judiciário. Não se compra, não se aumenta mais a frota de veículos! Isto fica estabelecido, e tenho certeza de que a população vai gostar desta emenda, uma emenda que efetivamente moraliza, de uma vez por todas, a questão de abuso de mordomia, neste Estado.

A quarta emenda, Senhor Presidente, esta para a qual eu repito da maior importância, que nós viemos participar. No quadro demonstrativo de despesas, no artigo 20 do Projeto de Lei, são as despesas correntes fixadas, por Capital, a toda Secretaria, a chefia do Poder Executivo, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria do Estado, enfim, a todos os setores do Governo. E nós fizemos algumas alterações na

questão da Secretaria de Educação, que previa despesa de 5%. Nós reduzimos em 20%, para 4% na Secretaria de Educação. Além das vinculações constitucionais, que prevê a nossa Constituição, em 25%, nós adicionamos 5% para a Educação, mais 5%. Ou seja, então, este Estado vai gastar: 25% com mais 5% somam 30%. Nós alteramos. Diminuímos publicação, digo, diminuimos na comunicação e distribuimos na segurança, para a Secretaria de Segurança este 1% de comunicação.

De forma que, acredito que as prioridades, aqui, foram contempladas, no sentido de dar à educação, à segurança, mais recursos, garantindo que o próximo Governo do Estado, ao mandar a peça orçamentária para ser analisada por este Parlamento, e que o Governador, em 1.991, possa praticar, efetivamente, as prioridades em cima destes percentuais, dando prioridade às questões mais sérias, neste Estado.

Aqui há outra emenda, que diz que durante o processo de apreciação do Projeto de Lei Orçamentária anual, pela Assembléia Legislativa, as informações inseridas no sistema de processamento, da elaboração do Orçamento, ficarão à disposição deste Poder, que poderá proceder aos devidos ajustamentos respeitados os termos do artigo 134 da Constituição Estadual.

É necessário que o Parlamento tenha uma vitrine, tenha transparência, que possa estar ligado ao conjunto de informações do Estado, para que ele possa, realmente, no Parlamento, fazer a efetiva fiscalização da aplicação dos recursos deste Estado.

Então, são cinco emendas que eu reputo da maior importância, e gostaria que os Senhores Parlamentares, Senhor Presidente, aceitassem assim como aceitou o nosso Relator, e que discutissem, para melhorá-las, para enriquecer, para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, deste Estado, seja efetivamente uma peça democrática, com abertura para todos os cidadãos paranaenses. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre o Projeto, há Substitutivo Geral, de autoria do Deputado Rubens Bueno.

A Mesa vai receber o Substitutivo, submeter a votos, e em seguida, retirar o Projeto para melhor exame.

Em votação o Substitutivo. APROVADO. O Projeto será retirado da Ordem do Dia, para que os Senhores Deputados possam examinar o Substitutivo.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu quero cópia do Substitutivo, porque eu tenho que emendar até à tarde, se eu não concordar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não será votado hoje. Mas Vossa Excelência terá as cópias.

O SR. RUBENS BUENO (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, o Substitutivo Geral já está praticamente pronto. Só não foi colocado agora, pela manhã, porque nós aguardávamos Emendas em Plenário, o que não ocorreu. Então, as Emendas apresentadas, como se tivesse comissão técnica no período em que foi aberto o prazo para os Senhores Deputados, todas já foram acatadas, inclusive com as alterações necessárias no Projeto do Poder Executivo...

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - No Projeto do Poder Executivo. Então eu quero dizer a Vossa Excelência que mesmo não constando da Ordem do Dia do período da tarde que se considere como avulso a ser liberado para os Senhores Parlamentares ainda no decorrer do dia de hoje.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Nós temos condições de emendar em 3.^a discussão ainda?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem.

O SR. ALGACI TÚLIO - E eu terei emendas para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai retirar o Projeto da Ordem do Dia, porque é um Projeto de suma importância, já com o Substitutivo Geral aprovado. Será hoje ainda que deveremos distribuir os avulsos e vamos estudar com o Relator um prazo para apresentação das emendas, estudos, e aí retornaremos com o Projeto na Ordem do Dia a tempo de ainda receber o orçamento.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 396/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de JARDIM PAULISTA, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Campina Grande do Sul, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 396/90

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade criar, "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de JARDIM PAULISTA, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Campina Grande do Sul, com as divisas que

específica.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida, consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela APROVAÇÃO do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 412/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o CURITIBA WOMAN'S CLUB, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 412/90

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o "Curitiba Woman's Club", com sede e foro nesta Capital.

Analisando o projeto, verificamos que não há óbice que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 415/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito do Município de MURICI, com território desmembrado do Município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 415/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade criar "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de MURICI, com território desmembrado do Município de São José dos Pinhais.

Em análise da referida proposição, vê-

-se claramente tratar-se de justa medida, consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente à APROVAÇÃO do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 423/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 144/90), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Paranaense de Cegos, uma área de aproximadamente 48.400,00 m², sem benfeitorias, em Campo Comprido, na área que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 423/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 144/90, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Instituto Paranaense de Cegos uma área de aproximadamente 48.400 m², sem benfeitorias, em Campo Comprido, na área que especifica.

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela pelos demais órgãos deste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 425/90, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (Ofício n. 692/90), que objetiva reestruturar o Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Retirado da Ordem do Dia.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 425/90

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Ofício n. 692/90), objetiva reestruturar o Quadro de Pessoal do órgão supracitado e adota outras providências.

Sob o aspecto legal e constitucional, nada há que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Chamada a opinar, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 426/90, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS (Mensagem n. 779/90), que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 426/90

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, (Mensagem n. 779/90), dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao supracitado órgão e dá outras providências.

Sob o aspecto legal e constitucional, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, chamada a opinar, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 093/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de São José dos Pinhais, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de MURICI. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 093/90

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução em tela, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de São José dos Pinhais, para que a respectiva popula-

ção decida sobre a criação do Município de Murici.

Sob o aspecto legal e constitucional, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, chamada a opinar, esta Comissão Geral, manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.08.90.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 323/89, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos Municípios e dá outras providências. Aprovado. (Public. no DA. 102/89, de 20.11.89).

Em discussão. Em votação. Aprovado. O Projeto será retirado da Ordem do Dia a fim de que os Senhores Deputados possam examiná-lo, tendo em vista que muitas emendas foram apresentadas.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) - O Projeto de Lei n° 323/89, do Deputado David Cheriegate, qual foi a decisão da Mesa, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi aprovado em primeira e retirado da Ordem do Dia para estudo das emendas.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, acho que as emendas estão colocadas sobre a mesa e acho que deve ser colocado em votação para o Plenário, porque é um projeto de lei complementar que atende dispositivo constitucional, fundamentando exatamente aquelas criações de municípios como estão sendo votadas em plenário.

Eu acho que é importante a votação desta lei complementar, com as propostas que estão sendo colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ela foi votada em Primeira Discussão, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO - Estará na Ordem do Dia de hoje, então?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Ela terá que ser examinada a pedido de vários Srs. Deputados que estão com emendas prontas e em seguida voltará à Ordem do Dia.

O SR. RUBENS BUENO - Pois é, Sr. Presidente, mas tem um regime de urgência para

ser votada essa lei. Ela não prejudica e não altera o andamento dos demais projetos de criação de municípios.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há algumas irregularidades no projeto. Por exemplo: sobre o nome do Distrito, não é competência da Assembléia. É competência... (vozes paralelas)

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós estamos apresentando uma emenda conjunta, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO - A emenda supressiva está sendo apresentada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim. Eu não vejo nenhum inconveniente que este projeto seja retirado por três ou quatro sessões para voltar em seguida para apreciação das emendas.

O SR. RUBENS BUENO - Não é, Sr. Presidente, eu acho que prejudica o andamento dos demais projetos de criação de municípios, que aliás, não há nenhuma proposta nossa. Estou colocando aqui em termos de defesa do Parlamento.

O SR. HAROLDO FERREIRA (Pela Ordem) - Eu acho que a questão levantada pelo Deputado Rubens Bueno é muito apropriada, porque com essa criação indiscriminada, eu diria, de municípios no Estado do Paraná, nós temos sentido muitos problemas nas regiões inclusive eu gostaria de levantar nesta sessão, um município criado no Sudoeste do Paraná.

O Município de Flor da Serra, que é um projeto dos Deputados Caíto Quintana e João Arruda, trouxe àquela região uma série de complicações, a tal ponto que o Município de Flor da Serra, contra o qual não temos nenhuma objeção de sua criação, a partir do Distrito de Flor da Serra, mas acabou - por seus limites e confrontações -, fazendo com que houvesse uma reação da população do Município de Salgado Filho, com um movimento na sua sede, assim como a não aceitação das Comunidades de Catetos (?) e de outras comunidades do Município de Marmeleiro, assim como também complicações no Município de Barracão, comunidades que participariam do Município recém-criado de Flor da Serra.

Eu pediria a Vossa Excelência, em função da colocação do Deputado Rubens Bueno e a propósito do projeto de lei do Deputado David Cheriegate, que na verdade esse projeto fosse apreciado com a maior urgência e brevidade possível, para que esses problemas deixassem de existir na criação de novos municípios no Estado do Paraná.

O SR. DAVID CHERIEGATE (Pela Ordem) - Sr. Presidente, como autor desse projeto, eu quero apelar a Vossa Excelência, reconhecemos que existe um erro no projeto, que será corrigido pela emenda já apresentada pelo Deputado Pessuti, mas eu solicitaria a Vossa Excelência que o projeto fosse colocado na Ordem do Dia da sessão vespertina para que as emendas fossem apreciadas e amanhã poderíamos votar em Terceira Discussão, porque este projeto não prejudica, pelo contrário, ele auxilia e regulamenta definitivamente a criação de municípios inclusive já aprovados por esse Plenário.

Esse é o apelo que faço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa entende que é uma matéria de alta indagação, mas vai submeter à vontade do Plenário e vai colocar em Segunda Discussão. Com a apresentação de emendas, vamos examinar se votaremos ou vamos estudar em algumas sessões.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sábia a vossa decisão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão o Projeto de Lei n° 156/90. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A companheira Arialba Freire, no período em que assumiu a cadeira nesta Casa como suplente, trouxe boas idéias, deixando praticamente sob a nossa responsabilidade a fiscalização e o encaminhamento de suas propostas durante este período legislativo. E um dos projetos deixados pela Deputada Arialba Freire, de Foz do Iguaçu, diz respeito a implantar Centros Integrados de Educação Pública no Estado do Paraná - os CIEP's.

No seu projeto, a Deputada focaliza com muita propriedade, a necessidade de se implantar no Paraná, a exemplo do Rio de Janeiro, os CIEP's, a implantação dos Centros Integrados de Educação Pública, unidades especiais de ensino de Primeiro Grau integrantes das redes mantidas pela Secretaria de Educação do Estado e pelas Secretarias Municipais de Educação também.

O CIEP é uma nova instituição que surge, questionando por dentro esta realidade social injusta, desumana e impatriótica. Essas novas escolas proporcionarão às nossas crianças alimentação completa, aulas, a segunda professora que os pobres nunca tiveram, o esporte, o lazer, o material escolar, a assistência médica e dentária e, depois de permanecer todo o dia no co-

légio, a criança volta para casa de banho tomado para o carinho de sua família.

Mais de 50% de nossas crianças, depois de anos de repetência, deixam a escola mal assinando o nome. Noutras palavras, analfabetas e ressentidas.

E por quê? Deficientes de saúde e alimentação, apenas permanecem algumas poucas horas no ambiente escolar, o qual, por sua vez, tem sido precário e ineficaz.

Os alunos dos CIEP's vêm alcançando cerca de 90% de aprovação no Rio de Janeiro. Só este auto-rendimento justifica, inclusive economicamente, os Centros Integrados de Educação Pública.

Dizem alguns que deveriam ser como as escolas que sempre tivemos. Afirmamos que não. As nossas crianças merecem ainda mais. Aliás, representam o que o Brasil tem de maior valor e também os nossos próprios destinos, como Nação livre e democrática, empenhada na construção de uma existência digna para todos os seus filhos. Todas as crianças deste País deveriam estar em escolas como os CIEP's, para isso bastaria que não se desviassem tantos recursos para fins inúteis e inconfessáveis.

Se deixássemos, por exemplo, de pagar os juros da dívida externa deste País, apenas por dois anos, todas as crianças brasileiras poderiam estar estudando em CIEP's.

Embora a concepção e implantação dos primeiros CIEP's tenham ocorrido no Governo do Engenheiro Leonel Brizola, numa revolução educacional no Rio de Janeiro, não podemos entendê-la como uma realização atinente ao Partido. Muito embora eu seja integrante do Partido do Engenheiro Leonel Brizola, entendemos que a criação do CIEP, a implantação de CIEP's no Brasil não tem que passar por uma proposta partidária, mas sim por um interesse de todos os governantes deste País.

Agora há pouco, eu ainda questionava com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a situação das favelas que circundam Curitiba, as favelas dos Municípios do nosso Paraná. Que futuro terão estas crianças? De que maneira poderão representar algum futuro para estas crianças se, próximo à casa delas não há escolas? Não é apenas a questão da escola, mas é a necessidade de alimentação, de saúde, para todas as crianças. Nós, aqui em Curitiba, temos as escolas integrais. Elas não atingem a necessidade básica da criança. São pequenas, muito bonitas por fora, mas muito acanhadas por dentro. Não é o suficiente ainda, mas, de qualquer maneira, foi o primeiro passo, nós reconhecemos isto.

Mas, é necessário que aprovando este projeto da companheira Deputada Arialba Freire, possamos dar aqui no Paraná um

exemplo de preocupação com a educação da nossa criança, com o futuro de nossas crianças.

As grandes cidades hoje estão inchadas por populações que vieram do interior do Estado, e até mesmo de outros Estados, e que não têm nenhuma perspectiva de futuro. O pai não trabalha, a mãe não pode trabalhar, os filhos não têm estudo. E aí a coisa fica complicada.

Por isto, é necessário que se adote, urgentemente, uma política voltada para a educação, para a saúde e para a alimentação destas crianças. Caso contrário, este Brasil, em pouco tempo, vai sentir a invasão das grandes cidades por menores carentes e até mesmo por maiores já envolvidos na área da criminalidade.

Aliás, o articulista político Hélio Jaguaribe diz, numa de suas crônicas na revista VEJA, há questão de seis ou sete meses atrás, ele faz uma análise do que isto pode representar para o nosso País: a invasão das cidades por este bolsão de pobreza que circunda as capitais deste País.

É pensando exatamente nisto que a companheira Arialba Freire traz para esta Casa este projeto, da criação dos CIEP's no Paraná. Tenho certeza que este Plenário, preocupado com a educação, preocupado com o futuro deste País, não pode deixar de aprovar este projeto que é de suma importância para o Estado do Paraná, independente de quem venha a governar o Paraná no próximo ano. É importante que esta Casa já dá um primeiro grande passo preocupada com esta situação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram conservar-se como estão. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 156/90, de autoria da Deputada ARIALBA FREIRE, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar Centros Integrados de Educação Física, conforme especifica. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26, de 26.03.90)

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 230/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que cria o Município de ÁGUA BOA, com território desmembrado do Município de Paiçandu, com sede e localidade do mesmo nome, com as divisas do Distrito Administrativo criado pela Lei n° 5161/90, de 21 de junho de 1965. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 49, de 08.05.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 375/90, de autoria do Deputado SABINO CAM-

POS, que cria o Município de NOVO SARANDI, "ad referendum" do resultado do plebiscito, desmembrado do Município de Toledo, com sede na localidade do mesmo nome, com as divisas que especifica. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 77, de 26.06.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 94/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATOS LEAO, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Larajeiras do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Rio Bonito. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 90, de 13.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 98/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATOS LEAO, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Irati, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Gonçalves Júnior. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94, de 20.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 99/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATOS LEAO, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Irati, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Guaramirim. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94, de 20.08.90).

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós pedimos que a assessoria elaborasse um requerimento pedindo a Vossa

Curitiba, quarta, em 22.08.90

Excelência que colocasse à deliberação do Plenário, a votação em Terceira Discussão da LDO na sessão de hoje.

Estamos pedindo a Vossa Excelência, em virtude de termos aprovado as emendas apresentadas nas Comissões Técnicas. E o Plenário decidindo, estaremos tranquilos em relação à vontade do Parlamento como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa indefere a questão de ordem de Vossa Excelência, e vai retirar o projeto por três sessões, para exame dos Srs. Deputados. É matéria de grande importância, Deputado, temos que estudá-la.

O SR. RUBENS BUENO - Infelizmente Vossa Excelência está tomando uma decisão e eu gostaria que o Plenário fosse ouvido.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar a sua decisão, porque é uma coisa muito importante e precisamos analisar com critério e com muito cuidado, esta decisão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 2068, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.